

IAOD do Deputado Chan Meng Kam em 27.07.2017

Desenvolver uma indústria dos cuidados gerais de saúde e criar um novo motor da economia

A promoção da diversificação adequada da economia tem sido foco de atenção da sociedade. Ao manter a estabilidade da indústria do jogo - principal motor da economia-, ao concretizar a política “um centro e uma plataforma” e ao apoiar o desenvolvimento das indústrias criativas e da medicina tradicional chinesa, Macau deve aproveitar as suas vantagens, no sentido de identificar e reforçar o apoio às indústrias mais adequadas, criando novos motores do crescimento económico.

Em Maio deste ano, durante o encontro entre o Chefe do Executivo e o empresário de Taiwan Terry Guo, de visita a Macau, trocaram-se opiniões sobre o desenvolvimento sustentável e a promoção da diversificação adequada da economia de Macau. O empresário considerou que Macau, Zhuhai e Hengqin eram locais apropriados para o desenvolvimento da indústria da saúde e do turismo de saúde.

Trata-se de componentes da indústria dos cuidados gerais de saúde, considerada indústria emergente em muitos países e regiões. Este novo modelo de indústria tem ou não tem interesse para Macau? Isto merece a ponderação dos serviços competentes.

A China implementou a política de reforma e abertura ao exterior há quase 40 anos. Com o crescimento económico, a qualidade de vida da população melhorou significativamente. Segundo alguns dados, em 2015, a média da esperança de vida nacional ultrapassou os 75 anos, mais 34 anos do que os 41 anos em 1950, enquanto Macau registou 84 anos, sendo uma das regiões com maior esperança de vida do mundo. Com o avanço constante da tecnologia médica, com a excepção de poucos países africanos subdesenvolvidos, a esperança de vida conheceu diferentes níveis de aumento na maioria dos países. A longevidade significa, por outro lado, que o envelhecimento dura mais tempo. Assim, a manutenção da saúde e a medicina estética passam a fazer parte do dia-a-dia das pessoas, que vivem cada vez mais tempo. Eis a razão principal pela qual a indústria dos cuidados gerais de saúde tem merecido atenção global.

A esperança média de vida da população depende de factores como a conjuntura socioeconómica, os hábitos de vida e as condições de prestação de serviços médicos. De uma forma geral, Macau possui determinadas vantagens em comparação com outras localidades. A transformação de Macau em centro internacional de turismo e de lazer e o conseqüente ambiente relaxante do quotidiano que caracteriza o território são factores que facilitam a integração de

indústrias como a da manutenção da saúde e do turismo de saúde nesse projecto de desenvolvimento de Macau. Para que essas indústrias possam ser promovidas e transformadas em sector de actividade, a política do Governo para o desenvolvimento sectorial e as entidades de serviços médicos necessitam de reflectir sobre como definir políticas de apoio realistas e viáveis. Especialmente no âmbito das entidades de serviços médicos, a procura por serviços de manutenção da saúde e de cuidados médicos de beleza não tem sido grande devido à pequena dimensão geográfica e demográfica de Macau. O pensamento conservador da população, manifestado na sua demasiada dependência dos serviços médicos do sector público, não favorece o desenvolvimento do sistema comunitário de prestação de cuidados médicos. Por exemplo, em Taiwan e Hong Kong, esse sistema de prestação de serviços médicos e de cuidados médicos de beleza está mais amadurecido do que Macau, onde subsistem ainda muitas limitações e obstáculos ao desenvolvimento dessas actividades. No ordenamento jurídico local, há falta de critérios sobre “o que pode ou não ser feito” e sobre o motivo por que “antigamente podia ser feito, mas agora não”. Por isso, o “pensamento dos governantes” não contribui para o desenvolvimento desse sector.

Ao longo dos anos, o Governo tem canalizado muitos recursos para promover as indústrias culturais e criativas e das convenções, mas o resultado desse trabalho terá de ser confirmado com o tempo. Paralelamente, espero que tanto o Governo como a população liberalizem o seu pensamento, no sentido de aumentar o espaço de desenvolvimento das indústrias de manutenção de saúde e de serviços médicos de beleza, fomentando, desta forma, uma adequada diversificação económica de Macau.

IAOD do Deputado Si Ka Lon em 27.07.2017

Os altos preços dos imóveis e a dificuldade em comprar casa são os maiores problemas que a sociedade enfrenta. Não tenho a menor dúvida. Seja pelas dezenas de milhares de pedidos para a habitação económica em 2013, seja pelos pedidos de ajuda que temos vindo a receber, verifica-se que o grande desejo da sociedade é ter casa para poder viver e trabalhar com tranquilidade. Nestes últimos anos, o Governo tem-se esforçado na promoção da construção das 19 mil habitações públicas, para resolver os problemas habitacionais dos residentes, mas a verdade é que os jovens com menos de 35 anos continuam a enfrentar grandes dificuldades na compra de casa.

Depois do retorno registou-se uma maior prosperidade económica e maior actividade no mercado imobiliário. Somando a isto a reduzida dimensão do mercado, é quase nula a probabilidade de ajustamentos significativos dos preços dos imóveis no mercado privado, o que significa que não vão sofrer quaisquer mudanças. É de prever que se mantenham ainda durante algum tempo as dificuldades das famílias normais em relação à compra de casa, mesmo que para o efeito economizem os rendimentos de duas gerações, pois são pesados os encargos com a entrada inicial e é grande a pressão resultante das prestações.

Já disse várias vezes ao Governo que o problema da habitação dos residentes deve ser resolvido de forma prioritária, nomeadamente, que seja criado um sistema de reserva de terrenos para habitações públicas, delineado um plano claro e concreto para a sua construção, bem como que seja definida uma calendarização para a respectiva distribuição aos residentes. O Governo deu extrema importância a tudo isso, daí referir no seu plano quinquenal a disponibilização, a curto e médio prazo, de 12600 fracções públicas entre o actual terreno da central térmica da CEM na Av. Venceslau de Moraes e na Av. Wai Long, e a longo prazo de 28000 fracções na zona A dos novos aterros. Contudo, não existe nem plano de construção nem calendarização, quer para os terrenos na Av. Wai Long quer para a zona A dos novos aterros, por isso, a população está preocupada se vai acontecer novamente o problema das 19000 habitações públicas, isto é, se vai ter de se esperar 10 anos.

Existem cada vez mais solicitações. Se não forem quanto antes disponibilizadas habitações públicas ou se houver atrasos em relação às necessidades, será afectada a habitação de uma geração, serão afectados os desejos de casar e ter filhos da população, e até a credibilidade do Governo da RAEM.

Quanto às questões relacionadas com as dificuldades em poupar dinheiro para pagar a entrada na aquisição de imóvel e o longo tempo de espera para aceder à habitação pública, apresento as seguintes sugestões:

1) Estudar a criação de um programa de apoio à compra do primeiro imóvel ou de um fundo de aquisição de habitação, com parte dos saldos financeiros ou uma certa percentagem das receitas brutas do jogo, a ser definida por ocasião das novas concessões para a exploração de jogos de fortuna ou azar, a fim de apoiar os compradores, para poderem viver com tranquilidade.

2) Definir a construção de habitações públicas como primeira prioridade das LAG, implementando, quanto antes, o plano de desenvolvimento de habitação pública na Avenida de Wai Long; clarificar o planeamento de construção de habitações públicas na zona A dos novos aterros; definir o plano director urbanístico, essencialmente com base num planeamento por zonas; acelerar os trabalhos da renovação urbana, libertando espaços aproveitáveis das zonas antigas, para que a oferta de habitação pública corresponda à procura por parte da sociedade.

3) Acelerar os trabalhos de revisão das leis que regulam as habitações sociais e económicas; concretizar, quanto antes, um mecanismo permanente de candidatura à habitação pública, levando a cabo o objectivo de “um ano para aceder à habitação social e três anos para a habitação económica”, e atendendo à pressão da “camada sanduíche” no respeitante à habitação, definir, com base no actual regime de habitação pública, uma certa percentagem de habitações públicas destinadas à habitação dos jovens, dando-lhes esperança e força para a sua mobilidade ascendente.

IAOD da Deputada Song Pek Kei em 27.07.2017

O serviço de táxis tem sido alvo de crítica dos cidadãos. Há dias, houve o aumento das tarifas deste serviço, a Uber declarou a sua saída de Macau e surgiram depois vários casos de insatisfação quanto ao serviço de táxis, o que levou a uma chuva de queixas dos residentes. O fenómeno caótico dos táxis de Macau, em que há: recusa de serviços, escolha de clientes, opção pelos caminhos mais longos, negociação das tarifas com os passageiros, cobrança de tarifas excessivas, etc., prejudicou já a imagem de Macau, e a dificuldade de apanhar táxi continua por resolver. Afinal, a desactualização da lei e o pouco rigor na aplicação das sanções incentivam a situação insalubre. Assim, a sociedade exige a revisão do “Regulamento do Transporte de Passageiros em Automóveis Ligeiros de Aluguer ou Táxis”, para combater as infracções e elevar a qualidade dos serviços.

Com o desenvolvimento da economia e a carestia dos bens, os custos de funcionamento dos táxis também aumentaram, por isso, é natural que haja um ajustamento nas tarifas, mas o serviço prestado pelos táxis continua sem melhorar. Muitos estão extremamente descontentes com a ética profissional, a qualidade dos serviços prestados e as ilegalidades praticadas pelos taxistas, por isso, os residentes estão cada vez mais insatisfeitos, por acharem que esses ajustamentos são feitos “à força”, pois a qualidade não está indexada às tarifas.

Neste sector também existem muitas vozes descontentes com estes problemas, e apontam o método do concurso para as licenças de táxi, pois as pessoas investem nestas licenças em que cada uma é adjudicada por mais de 1 milhão de patacas e, assim, como o custo é elevado, os taxistas têm de encontrar meios para recuperar o dinheiro e, como sabem que nem com árduo esforço a trabalhar conseguem recuperá-lo, cada um faz das suas! Sabemos que é importante conseguir rendimentos para sobreviver, mas não se pode ir contra a lei. Se eles pudessem conseguir rendimentos legalmente, não iam contra a lei! As ovelhas negras deste sector afectam aqueles que cumprem a lei e ninguém dá uma palavra de apreço àqueles que prestam um bom serviço, e, quando chega a altura de ajustar as tarifas, todos os residentes são contra e só os taxistas é que sabem quão difícil é a sua profissão. Aqueles que cumprem a lei sentem-se ainda mais injustiçados, e isso vai acarretar mais más condutas na sociedade.

O Governo sabe de tudo isto. Os órgãos de execução da lei têm dado o seu esforço, de dia e de noite, tendo realizado uma série de acções para combater essas infracções. Mas, quando o regime não é alterado, os infractores, após receberem a multa hoje, continuam a agir da mesma maneira. Isto demonstra que a execução da lei é apenas uma solução temporária, e o único caminho é a alteração da lei. O Governo anunciou que ia alterar e aperfeiçoar a respectiva lei, tendo lançado, em meados de 2014, uma consulta pública, e colocado, em 2015, tal proposta no plano legislativo anual. Mas, até este momento, nada se viu sobre

essa proposta.

“Medidas benéficas para a população” é o seu princípio, mas, após várias consultas e discussões, continua a não decidir, o que implica a estagnação da lei, leva a injustiças para o pessoal do sector e causa impacto profundo no desenvolvimento social. Assim, torna-se premente a alteração do Regulamento dos táxis. O Governo deve pôr em acção as suas palavras, alterando essa legislação, para elevar a qualidade dos serviços, tirar a imagem negativa do coração dos visitantes e cidadãos, e permitir o céu azul para o sector dos táxis.

IAOD do Deputado Lau Veng Seng em 27.07.2017

Promover as infra-estruturas para os automóveis eléctricos na Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau

De acordo com o espírito subjacente à estratégia de desenvolvimento da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau, as cidades que integram esta zona, no que diz respeito à sua estratégia de desenvolvimento, devem, quando possível, aumentar a interligação, reforçar os efeitos de sinergia e otimizar a eficiência económica. Enquanto elemento importante das indústrias emergentes, os automóveis eléctricos são alvo de estudos e planeamento nalgumas cidades desta zona. Seguindo o espírito da Grande Baía, a meu ver, Macau deve cooperar com as regiões vizinhas para promover a utilização dos automóveis eléctricos.

O uso de automóveis eléctricos revela muitas vantagens. Primeiro, em comparação com os veículos que usam combustíveis fósseis, os automóveis eléctricos são relativamente ecológicos, favorecendo a criação de um ambiente urbano limpo. Mais, ao promover a substituição de veículos, é possível, aproveitando a oportunidade de excluir os velhos veículos e equipamentos, implementar políticas que controlem o número de veículos, otimizando as infra-estruturas urbanas. Ao mesmo tempo, a indústria de automóveis eléctricos pode tornar-se uma indústria inovadora da economia da Grande Baía, dinamizando o seu desenvolvimento económico e trazendo-lhe amplos interesses colectivos. Considerando estas vantagens, o Governo deve estudar como se promove o elemento em causa.

Promover e utilizar veículos eléctricos não é simplesmente trocar de veículos, pois envolve ainda muitos equipamentos básicos, tais como: estações de carregamento, rede eléctrica, gestão inteligente, postos de reparação, fábricas, etc. Olhando para a construção da Grande Baía, se não houver uma uniformização dos modelos das infra-estruturas, dos padrões de segurança e da qualidade, isto vai ser um impedimento grave para a promoção dos veículos eléctricos. Para além dos automóveis ligeiros, com o amadurecimento gradual da técnica dos veículos eléctricos para alguns tipos de veículos pesados, tais como camiões e autocarros, podemos prever que, no futuro, os veículos a circular na Grande Baía, na sua maioria, vão ser eléctricos, portanto, ao incentivar os sectores logístico e de transporte a utilizá-los, o factor mais pertinente é o aperfeiçoamento das infra-estruturas e a uniformização dos padrões. Espera-se, pois, que Macau possa aperfeiçoar as infra-estruturas e uniformizar os padrões e regimes com as cidades da Baía, cooperando para a construção de infra-estruturas, bem como disponibilizar recursos suficientes para promover a popularização dos veículos eléctricos, para estes poderem circular sem sobressaltos, e concretizar um sistema de trânsito e de logística amigo do ambiente.

Recentemente, o Primeiro-Ministro, Li Keqiang, elogiou a zona do Delta do Rio das Pérolas como nova zona económica do país. Para obter um desenvolvimento próspero e de longo prazo, Macau tem de lutar para acompanhar o desenvolvimento das zonas adjacentes. O Governo da RAEM deve adoptar uma postura mais prospectiva, participando nesse desenvolvimento, e aproveitar o desenvolvimento estatal, promovendo diversas construções inovadoras.

IAOD do Deputado Lam Heong Sang em 27.07.2017

Recentemente foram trocados os antigos parquímetros, os de agora têm um novo sistema em que apenas um aparelho controla vários lugares de estacionamento. No entanto, este novo sistema é bastante confuso para os utentes. O ecrã é pequeno, utiliza-se o método de contacto (*touch screen*), e é muito fácil carregar mal nas teclas. Podem utilizar-se moedas mas não há trocos, não se vê bem a numeração dos lugares de estacionamento, que está escrita no chão, pois a tinta sai facilmente, portanto, são muitos os inconvenientes. E mais, numa mesma rua coexistem parquímetros de cor amarela e vermelha, o que deixa os utentes ainda mais confusos. A Administração deve resolver, quanto antes, estes problemas.

Em 17 de Junho de 2017, os Serviços de Assuntos de Tráfego actualizaram as tarifas de estacionamento na freguesia da Sé e alteraram as cores dos parquímetros. Segundo os residentes, antigamente existia um parquímetro por lugar e facilmente se conseguia diferenciar as cores dos parquímetros mesmo dentro do carro, sendo mais fácil escolher o estacionamento mais económico. Actualmente, existe apenas um sistema electrónico para controlar vários lugares de estacionamento, por isso, é difícil identificar logo a cor do parquímetro, só após estacionar o carro é que se consegue ver a cor da máquina e, conseqüentemente saber qual é a tarifa. Esta situação deixa os utentes desolados!

Quanto à forma de pagamento, os novos parquímetros permitem o uso de cartão electrónico. No entanto, segundo muitos utentes, o seu ecrã é táctil mas não é sensível e reage lentamente, são frequentes os erros ao carregar nas teclas, e os idosos não sabem como utilizá-los, o que só dificulta o pagamento. No modelo adoptado, “um parquímetro serve vários veículos em simultâneo” e os utentes pagam as tarifas de acordo com o número pintado a branco no lugar onde se estaciona o veículo. No entanto, muitos números já não são visíveis e os utentes têm de adivinhar. Porque é que os serviços responsáveis, quando instalaram os novos parquímetros, não melhoraram a numeração? Ou será que querem que os utentes paguem mais? Isto é difícil de entender.

Sugiro ao Governo que, primeiro, faça uma avaliação para saber se existem defeitos de concepção nos parquímetros instalados, com vista a eliminar os incómodos causados aos utentes; segundo, que aperfeiçoe o referido modelo, nomeadamente a numeração dos lugares de estacionamento, instalando placas de cobre com os números, com vista a resolver o problema da pintura; enfim, que proceda a uma revisão da adequação da colocação e das cores desses parquímetros, com vista a facilitar a vida aos utentes.

IAOD da Deputada Kwan Tsui Hang em 27.07.2017

Recentemente têm ocorrido em Macau acidentes de trabalho envolvendo mortos e feridos. Depois de, no mês passado, se terem registado, sucessivamente, 2 graves acidentes de trabalho que causaram 3 mortos e 2 feridos graves, registaram-se, há dias, acidentes de trabalho graves em 3 dias consecutivos, que resultaram, mais uma vez, em 3 mortos e 2 feridos.

Depois dessas ocorrências, as autoridades divulgaram medidas de inspecção imediatas - “ sancionar, suspender e educar” - mas, mesmo assim, como está em causa a vida de pessoas, a lição de sangue foi bastante angustiante! Para além do sentimento de desconsolo, os serviços responsáveis pela inspecção não podem, com certeza, empurrar as responsabilidades para outrem!

Segundo uma reportagem, entre os dias 15 a 20 de Julho, a Direcção dos Serviços para os Assuntos Laborais (DSAL) inspeccionou mais de 550 estaleiros de construção, tendo emitido 31 despachos de suspensão de obras. Mais, ordenou também aos respectivos estaleiros que suspendessem, total ou parcialmente, as obras, apresentou 152 sugestões de melhoria aos empreiteiros e aplicou sanções a 101 situações de insegurança. A referida reportagem divulga uma série de trabalhos da DSAL, mas também leva a que se questione: qual é o porquê de tantas situações irregulares? Afinal, como é que os serviços competentes fazem o trabalho ordinário de fiscalização e inspecção? Será que existe um chefe de segurança nos estaleiros? Como é que este salvaguarda a segurança das obras? Porque é que a sensibilização sobre a segurança é tão fraca em relação aos trabalhos em altura, à segurança eléctrica, às medidas de protecção colectiva, etc.? Será que isto é porque as sanções previstas no regime jurídico da segurança ocupacional, já desactualizado há muito tempo, são demasiado leves e não surtem nenhuns efeitos dissuasores, daí que dificilmente se consiga aumentar a sensibilização sobre a segurança ocupacional no sector? Ou porque os responsáveis pela inspecção falharam nas suas funções ou responsabilidades? Ou existem outras razões? A DSAL deve, com toda a certeza, rever rigorosamente a situação e esclarecer a sociedade!

Segundo as afirmações angustiadas de inspectores aposentados e experientes da DSAL, a transferência das competências de investigação dos acidentes de trabalho para inspectores da área não laboral, por parte da Direcção naquela altura, não é uma prática correcta nem corresponde à tendência mundial. Sabemos que os inspectores, antes de ingressarem na carreira, recebiam formação durante 12 meses que incluía vários trabalhos, tais como vistorias *in loco*, acusação, acções de sensibilização, cálculo de indemnizações, procedimentos para obtenção de licenças, etc. e ao longo da sua carreira profissional tinham de participar em formação no exterior! Olhando para os primeiros dez e tal anos do estabelecimento da DSAL, foi prestada bastante atenção às acções de divulgação sobre segurança ocupacional. Todos os anos se realizavam competições sobre

o assunto, convidavam-se peritos do exterior ou até da OIT para virem a Macau realizar seminários, os inspectores eram enviados a Hong Kong para formação, etc.

Fazendo um balanço, ficamos a saber que para garantir a segurança nas obras temos de exigir o seguinte: a devida consciência e atenção dos serviços competentes em relação à segurança ocupacional, diplomas legais aperfeiçoados e pessoal de fiscalização qualificado. Pelo exposto, peço aos membros da respectiva tutela que reflectam seriamente e que adoptem medidas de melhoria, no sentido de não voltarem a acontecer desastres!

IAOD da Deputada Lei Cheng I em 27.07.2017

Recursos financeiros estáveis são uma importante garantia para a concretização do sistema de segurança para idosos de dois níveis, assumindo o Governo, nos termos da lei, a responsabilidade solidária em relação à atribuição das prestações. O Fundo de Segurança Social (FSS) apontou, no seu relatório de 2016, que as despesas totais do ano passado atingiram 3,890 milhões de patacas, ocupando a pensão para idosos (incluindo a antecipação) e a pensão de invalidez uma percentagem de cerca de 86,8%, ou seja, 338 milhões de patacas. À medida que vai aumentando a população idosa e vai alargando a cobertura da segurança social a todos os residentes, é de esperar que as despesas com os tais benefícios sociais só façam subir as despesas totais. Actualmente, o Fundo depende essencialmente, em termos financeiros, das dotações do Governo. Embora este tenha salientado desde sempre que a responsabilidade de financiamento é das três partes - Governo, empregadores e trabalhadores -, o funcionamento do Fundo continuará a depender das dotações do Governo por um período relativamente longo, tendo em conta a necessidade de equilibrar a capacidade económica de cada uma das partes.

A fim de assegurar a sustentabilidade do FSS, para além das dotações regulares, o Governo tem de estabelecer um mecanismo de atribuição de dotações através da indexação aos saldos financeiros, definindo a transferência para o FSS e para o Fundo de Previdência Central de uma certa percentagem dos eventuais saldos financeiros positivos, concretizando, assim, a sua responsabilidade em relação à protecção social dos residentes da RAEM na velhice. O Governo deve ainda estudar, com a maior brevidade possível, a viabilidade de transferir parte dos recursos da Fundação Macau para o FSS, por forma a estabilizar a sua situação financeira, satisfazendo as necessidades de despesas.

Para além da necessidade de estabilizar os recursos financeiros do FSS, há ainda que continuar com o aperfeiçoamento do regime de previdência central.

O regime de previdência central não obrigatório entra em vigor em 1 de Janeiro do próximo ano. No entanto, os diplomas complementares respectivos não estão ainda publicados, assim como as soluções relativas ao investimento das contribuições e às respectivas retribuições. As autoridades competentes têm de divulgar, quanto antes, os pormenores em relação a tais matérias, para que o regime de previdência entre em vigor sem sobressaltos, no dia 1 de Janeiro do próximo ano.

Com a breve entrada em vigor do regime de previdência central, a retribuição dos investimentos tem prendido a atenção da sociedade. De acordo com as soluções apresentadas na consulta pública, a tendência do FSS é manter as práticas dos planos privados de pensões actualmente existentes, permitindo que

empregadores e trabalhadores escolham os produtos financeiros autorizados pela AMCM. Dependendo apenas do funcionamento do mercado pode resultar em taxas de gestão muito elevadas, cobradas pela entidade gestora de fundos, dando assim origem a problemas de “erosão” da retribuição, o que não é nada vantajoso para os contribuintes. Mais ainda, segundo as experiências do exterior, muitos participantes estão inclinados a escolher por si ou são “obrigados a escolher” os “fundos previamente definidos”. É obrigação do Governo, por si ou através dos fundos de pensões, promover a oferta de produtos com retorno garantido para escolha dos contribuintes, a fim de evitar que a taxa de inflação seja superior à de depósito, ou que boa parte dos ganhos seja “consumida”. Em paralelo, devem as autoridades competentes incluir, nos instrumentos de aplicação, um item denominado “gestão efectuada pelo Governo”, não apenas para escolha dos contribuintes mas também para equilibrar os produtos do mercado, contribuindo, assim, para manter as taxas de gestão em níveis razoáveis.

De qualquer forma, a participação dos trabalhadores e empregadores, as regras para o levantamento das contribuições e o ponto de situação dos investimentos, são elementos nucleares que compõem o regime de previdência central. Durante a execução do regime, o Governo tem de garantir a perfeição do regime de aplicação, nomeadamente no que se refere à gestão e ao circuito de funcionamento. O Governo tem ainda a responsabilidade de promover discussões sobre a implementação do regime de previdência obrigatório, congregando sinergias para garantir a constituição completa do sistema de dois níveis de protecção social dos residentes da RAEM na velhice.

IAOD do Deputado Zheng Anting em 27.07.2017

Segundo dados estatísticos, actualmente em Macau existem mais de 60 mil pessoas com idade igual ou superior a 65 anos. Com o agravamento do envelhecimento da população, o aperfeiçoamento do mecanismo de protecção dos idosos torna-se um tema importante que Macau deve enfrentar a curto, médio e longo prazo. O Governo deve continuar a empenhar-se na concretização do apoio aos idosos vulneráveis, abrangendo a implementação de diversas regalias, a fim de melhorar e elevar a sua qualidade de vida. Gostaria de aproveitar esta ocasião para apresentar a minha opinião sobre dois aspectos em relação às regalias dos idosos.

Quanto aos cuidados de saúde, a saúde oral tem um grande impacto para a qualidade de vida e a dignidade dos idosos. Segundo dados, entre 2009 e 2014, registou-se um crescimento médio de 13,6 por cento no número dos idosos com acesso a cuidados de saúde oral, e é cada vez maior a procura deste serviço por parte dos idosos. Mas, segundo alguns idosos, o tempo de espera para os cuidados de saúde oral nas instituições públicas é longo, e são caros os preços deste serviço nas instituições privadas. Na sua maioria, os idosos têm um rendimento baixo e só conseguem satisfazer as necessidades básicas da vida, portanto, só resta a muitos terem de tolerar, mesmo que sofram de problemas dentários, e os seus dentes e condição física estão cada vez piores. No relatório final da consulta pública sobre o “Mecanismo de Protecção dos Idosos da Região Administrativa Especial de Macau” divulgado em Abril de 2016, há quem espere que o Governo possa criar mais serviços dentários para idosos. Actualmente, os diversos centros de saúde de Macau disponibilizam-lhes serviços de cuidados de saúde oral gratuitos, mas, na realidade, não são abrangentes, por exemplo, falta o serviço de colocação de dentes artificiais. Em muitos países e regiões com um regime mais avançado de regalias para os idosos, já definiram as respectivas políticas na odontologia, ou estabeleceram um fundo para lhes prestar serviço de colocação de dentes artificiais. Em comparação, em Macau, a assistência aos idosos na área de cuidados de saúde oral ainda está muito atrasada.

Quanto às deslocações, os idosos dependem principalmente dos transportes públicos, nomeadamente, dos autocarros. Macau oferece aos residentes que completam 65 anos de idade reduções nas tarifas dos autocarros, portanto, os idosos só precisam de pagar simbolicamente 0,3 patacas. Mas, tomando como referência as práticas das regiões vizinhas, foi implementada em pleno a medida que permite aos idosos com mais de 60 anos transportarem-se gratuitamente nos autocarros públicos, e até os idosos do exterior podem beneficiar dessa medida. Assim, muitos idosos de Macau afirmam que se sentem respeitados no estrangeiro, esperando que Macau também possa implementar uma medida semelhante, para incentivar os idosos a sair de casa e a integrar-se na comunidade.

Para que sejam conferidos aos idosos “os sentimentos de segurança, de pertença e de valorização”, há que oferecer-lhes subsídios de vida, assim como prestar atenção à sua saúde psíquica e física, consoante as suas necessidades. Neste sentido, sugiro ao Governo que preste serviços relativos à implantação dentária e à inserção de dentes artificiais, crie subsídios dentários e aumente o montante dos vales de saúde para idosos, para estes terem mais escolhas quanto aos cuidados de saúde. Mais, o Governo pode ponderar promover serviços de transporte público gratuitos destinados aos idosos, para incentivar as suas deslocações, melhorando e elevando a sua qualidade de vida.

IAOD do Deputado Mak Soi Kun em 27.07.2017

A minha equipa visitou recentemente a zona da areia preta, para ouvir as aspirações dos residentes. Um residente de meia idade, cerca de 50 anos, disse-me que trabalha na área da limpeza, ganha pouco, pertence à classe dos “working poor”, em 1992 comprou, por uma centena de milhares de patacas, uma fracção no Edifício Heng Long, no lao Hon, pensando poder assim viver tranquilo, trabalhar com alegria, e ter uma vida sem preocupações na aposentação. Mas com o rápido desenvolvimento socioeconómico, o ambiente dos bairros antigos não melhorou, ficou antes pior. Comprou a casa à custa do seu suor e sangue, e olhando para o ambiente do seu bairro, que está pior, só lhes resta aguentar, uma vez que os preços dos imóveis são hoje muito altos, e com a sua capacidade económica é impossível comprar uma nova casa, nem sequer pode pensar em trocar de casa para um ambiente de vida melhor. Ademais, de acordo com a lei vigente, nem é qualificado para se candidatar a uma habitação, nem social nem económica, só lhes resta esperar que o Governo melhore o seu ambiente habitacional.

A nossa equipa deslocou-se recentemente ao bairro lao Hon, para se inteirar da vida da população e da situação de higiene no local. Deparamo-nos com um ambiente péssimo, com esgotos entupidos, água suja por todo o lado, água a pingar nas travessas, mau cheiro nas escadas dos prédios, muitos insectos e ratos, cabos eléctricos pendurados por todo o lado, muito lixo nos toldos das janelas, e muitas mobílias nos terraços. Os moradores disseram-me que não há outro remédio senão aguentar este ambiente e que já o aguentam há vários anos. Neste bairro vivem muitas pessoas idosas, muitos prédios antigos não têm elevador, por isso, são muitas inconveniências para os idosos. Pelo exposto, estamos a fazer chegar todos estes problemas ao Governo e esperamos que se legisle para que os mesmos sejam resolvidos, quanto antes, e que o Governo se esforce em promover o plano de reconstrução dos bairros antigos, no sentido de resolver as necessidades habitacionais dos residentes.

No entanto, os serviços públicos respectivos ainda não fizeram nada, pois não deram resposta às solicitações dos moradores daquele bairro. O Governo tem afirmado desde sempre nas LAG que protege os interesses dos grupos mais carenciados, então, porque é que estas pessoas que trabalham mas vivem no limiar da pobreza e que vivem em edifícios que têm um ambiente pior do que os edifícios de habitação pública não têm um bom ambiente para viver? O Governo sabe ou não que o esplêndido desenvolvimento económico não lhes trouxe quaisquer benefícios? A sociedade é muito injusta para com eles, não acham? Mas estas pessoas continuam a apoiar os trabalhos do Governo, e estão à espera que este implemente medidas de apoio, nomeadamente, para aqueles

que trabalham mas vivem no limiar da pobreza, e medidas para reconstruir os bairros antigos e resolver os problemas relacionados com o meio ambiente onde vivem os grupos carenciados, pelo menos que lhes proporcionem um ambiente com melhores condições de higiene.

IAOD do Deputado Sio Chi Wai em 27.07.2017

Há que insistir em desenvolvimento para construir uma Região Administrativa Especial de Macau melhor

O Presidente Xi Jinping fez, durante a sua visita a Hong Kong, uma série de discursos importantes e, na realidade, esses discursos também têm um grande sentido orientador para Macau.

Primeiro, o Presidente Xi apontou, num discurso, que “Um País” é como uma raiz, e só com uma raiz profunda no solo é que as folhas podem ser densas; “um País” é uma base, e só com uma base sólida é que os ramos são abundantes. Portanto, na prática, há que estabelecer firmemente o conceito de “Um País” e insistir no princípio de “Um País”. Qualquer acto que ponha em perigo a segurança nacional, que desafie o poder do Governo Central e a autoridade da Lei Básica, que aproveite a RAEM para a realização de actividades de infiltração ou destruição do Interior da China, vai trocar a linha de base e absolutamente não é permitido. Este é um balanço sobre a experiência básica obtida no passado na implementação com sucesso do princípio "Um País, Dois Sistemas", e uma orientação para saber como concretizar melhor este princípio no futuro.

Segundo, o Presidente indica que o desenvolvimento é a chave de ouro para resolver diversos problemas, e exige-nos o cumprimento firme da base de “Um país” e o aproveitamento das vantagens decorrentes dos “Dois sistemas”. Com isto, será possível desenvolver profundamente as vantagens dos “Dois sistemas” e procurar uma melhor interacção entre ambos, conseguindo-se maiores benefícios com o desenvolvimento. Neste sentido, o desenvolvimento constitui uma base para a RAEM resolver todos os problemas, sendo ainda uma força motriz para aprofundar o desenvolvimento.

Nos últimos 18 anos, a economia cresceu de forma acelerada, e Macau ganha certa dimensão, tem ideias para o desenvolvimento e uma base para crescimento. Durante estes 18 anos, o desenvolvimento económico de Macau sempre obteve o apoio e a assistência do País. Se se diz que o desenvolvimento da RAEM é um milagre, este resulta do apoio e da assistência do País, e do cumprimento de “Um país” e do aproveitamento das vantagens dos “Dois sistemas”. Estes 18 anos demonstram que só quando a RAEM tomar uma atitude proactiva no desenvolvimento é que pode reflectir as próprias características, os valores e as vantagens. Em suma, Macau e o País têm de desenvolver-se em conjunto e partilhar o mesmo destino. Quando Macau estiver intimamente ligada ao desenvolvimento económico do País, é que pode conseguir resultados ao nível económico e ter um melhor futuro. Tudo isto são experiências fundamentais de

Macau no desenvolvimento económico.

Terceiro, o país tem vindo a persistir em promover a cooperação económica entre a RAEM e o Interior da China, tendo alargado, de forma contínua, o âmbito de cooperação, enriquecido os seus conteúdos, aumentado as suas formas e elevado os seus níveis. Aliás, Macau está incluída pelo país no 13.º Plano Quinquenal e, ao nível económico, tem um bom posicionamento e altas perspectivas, o que demonstra um cumprimento rigoroso de “um país” e o bom aproveitamento dos “dois sistemas”.

Sendo uma região de economia independente, integrada no desenvolvimento estratégico e económico do país, deve-se continuar a procurar o modo de desenvolvimento que poderá dar passos rápidos e favoráveis à economia da RAEM. Perante a nova etapa de desenvolvimento do país, como aproveitar as vantagens dos “dois sistemas” é a nova tarefa e desafio de Macau, e a esperança dada pelo país. Para concretizar as exigências do Presidente Xi, há três pontos essenciais: 1) manter-se firme na posição de “um país” para clarificar a direcção do desenvolvimento, e aproveitar as vantagens dos “dois sistemas” para andar seguro no novo caminho; 2) basear-se na RAEM, integrar-se na plataforma da zona da Grande Baía, para articular-se com a estratégia “uma faixa, uma rota”; 3) acompanhar os passos da evolução e desempenhar o seu papel específico para dar um contributo ao país.

IAOD da Deputada Chan Melinda Mei Yi em 27.07.2017

O futuro pertence aos jovens e, em 2002, o Governo da RAEM criou o Conselho de Juventude, a par do lançamento da Política de Juventude de Macau (2012-2020) em 2012, que visa principalmente promover a “participação social, o melhoramento da qualidade física e saúde mental dos jovens, a criação de uma atmosfera afectuosa e a promoção da mobilidade social”, apresentando um quadro de planeamento das medidas políticas que inclui moralidade, competitividade, associativismo, trabalho voluntário, participação social, vida verde e actividades extracurriculares diversificadas. Porém, a política anterior dava grande atenção à formação dos jovens, mas eram poucos os recursos de apoio aos que já se tinham integrado na sociedade. Assim, não se conseguiu proporcionar-lhes um ambiente e condições adequados para o seu desenvolvimento na sociedade.

A consciência cívica da nova geração também se reforçou, a par do contínuo desenvolvimento socioeconómico. A participação social dos jovens tornou-se mais ampla, estão mais atentos ao desenvolvimento da educação, da cultura, da economia e da política, e também esperam contribuir para o progresso de Macau. Assim, o Governo deve definir políticas para a criação de mais oportunidades para os jovens, para as suas vantagens e potencialidades poderem ser desenvolvidas, elevando a sua competitividade e promovendo ainda mais o desenvolvimento contínuo de Macau. Por isso, a meu ver, é necessário reforçar ainda mais o apoio ao emprego e ao empreendedorismo juvenil. Além do financiamento através de crédito sem juros, devem ser criadas mais formas de apoio, por exemplo, mais centros incubadores e escritórios de criação cultural. Mais, o Governo deve definir uma política de formação para reforçar o desenvolvimento de talentos, e contactar com os sectores relevantes, organizar cursos de formação para os diferentes sectores, formar talentos de diferentes áreas, reforçar as capacidades dos trabalhadores e promover a mobilidade dos jovens. O Programa de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento Contínuo deve ser melhorado para ser como os vales de saúde, permitindo a transferência dos montantes de financiamento entre familiares directos para um melhor aproveitamento dos recursos. A criatividade dos locais, nas vertentes académica, científica e cultural, deve ser reforçada através de políticas de apoio que elevem a qualidade social.

Além disso, na promoção da participação social e política dos jovens, o Governo deve construir plataformas para eles poderem participar em actividades de discussão política. Proponho a criação de assentos para representantes do sector juvenil e da comunidade macaense nos organismos de consulta do Governo, tal como de um mecanismo que permita ao próprio interessado recomendar-se para essas funções, possibilitando a participação política dos jovens e dos macaenses. Desta forma, pode-se aumentar a atenção dos jovens por questões sociais, e a sua participação social, assim como diversificar a sua aprendizagem e promover o progresso social.

**高天賜 梁榮仔
議員辦事處**

GABINETE DOS DEPUTADOS JOSÉ PEREIRA COUTINHO E LEONG VENG CHAI

INTERVENÇÃO ANTES DA ORDEM DO DIA

O Governo durante anos seguidos tem sistematicamente referido que os trabalhadores da função pública são os seus recursos mais valiosos.

Contudo, ao longo dos últimos 17 anos da RAEM têm sido avolumados um número elevado de problemas internos que até a presente data não foram resolvidos.

Portanto hoje em dia podemos afirmar que os trabalhadores deixaram de confiar nas promessas do Governo e as suas palavras não passam de meros "slogans".

A maioria dos trabalhadores de base estão preocupados que depois de aposentados deixarão de receber os subsídios de diuturnidades e rendas das casas bem como a construção de casas do Governo da RAEM. Esta situação é de extrema injustiça comparados com os colegas que recebem pensões de aposentações e de sobrevivência e continuam a receber os ditos subsídios.

O Governo tem obrigação de enfrentar com seriedade os referidos assuntos e encontrar uma solução justa e equilibrada.

Muito Obrigado!

**O Deputado à Assembleia Legislativa da Região Administrativa
Especial de Macau aos 27 de Julho de 2017.**

José Pereira Coutinho

IAOD do Deputado Leong Veng Chai em 27.07.2017

Estacionamento dos autocarros turísticos

Macau recebe todos os anos várias dezenas de milhões de turistas, por isso, o Governo presta muita atenção a todas as atracções turísticas quanto ao trânsito, segurança e higiene ambiental, por exemplo. Porém, alguns locais que não são zonas turísticas também são atingidos pelo turismo, mas são relativamente negligenciados pelo Governo. De acordo com residentes, em Fai Chi Kei há vários restaurantes destinados aos excursionistas. Todos os dias são muitos os autocarros na zona de estacionamento perto do Precious Jade Garden (Lei Meng Kok), no n.º 184 da Rua da Doca Seca. Alguns não respeitam as regras e estacionam fora da zona marcada, em cima do passeio, afectando a segurança dos peões. E também é frequente ocuparem duas faixas de rodagem.

Mais grave ainda, não desligam o motor quando estacionam, libertando grande quantidade de gases prejudiciais para a saúde dos moradores, sobretudo daqueles que moram nos andares baixos do referido edifício. Além disso, como a Rua da Doca Seca tem dois sentidos, os veículos que entram pela Rua do Comandante João Belo ficam com a visão tapada pelos autocarros estacionados nas duas faixas, e para os evitar, têm de seguir em contramão, afectando gravemente a segurança nesta rua.

Alguns residentes tentaram sugerir aos motoristas dos autocarros que desligassem os motores quando estacionados, mas receberam respostas agressivas. Então, telefonaram para a DSAT, para denunciar o acontecimento, e esta respondeu que o estacionamento era da responsabilidade da PSP, e que a poluição competia à DSPA. Pelo exposto, os residentes em causa esperam que a zona de estacionamento seja transferida, através da colaboração interdepartamental do Governo, para um outro local mais apropriado para o estacionamento de múltiplos autocarros turísticos.

IAOD do Deputado Ma Chi Seng em 27.07.2017

Macau iniciou a sua participação na via rápida da construção da iniciativa “uma faixa, uma rota”, e agora é preciso promover a participação de todos os residentes no seu desenvolvimento e também no intercâmbio cultural. Tudo isto tem a ver com as grandes estratégias do País e também com a abertura de novos e mais amplos horizontes para o desenvolvimento e promoção da diversificação das indústrias locais.

Durante a cimeira de cooperação internacional sobre a iniciativa “uma faixa, uma rota”, o Presidente Xi Jinping referiu os investimentos, o intercâmbio de talentos, a cooperação em projectos e o apoio financeiro aos jovens, nomeadamente, a definição de políticas e a construção de infra-estruturas, no sentido da inclusão de Macau nas estratégias e políticas do País, criando-se assim um novo ambiente de investimento, em especial para os jovens, para que estes possam alargar horizontes no exterior. O Governo e a sociedade têm de pensar bem e de promover, a par e passo, os respectivos trabalhos. Sugiro então algumas ideias para a promoção do investimento jovem:

1. Disponibilizar conhecimentos sobre o desenvolvimento da iniciativa “uma faixa, uma rota”. As perspectivas do desenvolvimento assentam nos conhecimentos, portanto, os jovens têm de conhecer as estratégias de desenvolvimento do País, bem como a estrutura política, a economia e a cultura dos países participantes na iniciativa “uma faixa, uma rota”. Trata-se de um trabalho de longo prazo que exige apoio e divulgação ampla, e que deve fazer parte dos planos de estudo das escolas.

2. Apoiar os jovens a alcançarem a iniciativa “uma faixa, uma rota”, ajudando-os a estabelecer relações de contacto. As estratégias do País servem para criar investimento, acolher talentos e académicos, aumentar o intercâmbio entre estes, e criar actividades para os estudantes. O Governo deve proporcionar aos jovens locais oportunidades para participarem nos diversos projectos. Para além da entrada na via rápida do desenvolvimento do País, o Governo pode ainda, através dos esforços da sociedade, nomeadamente através dos chineses ultramarinos e dos empresários, criar ligações culturais e empresariais com os países participantes na iniciativa “uma faixa, uma rota”, com vista a que os jovens tenham mais oportunidades de intercâmbio e de cooperação, reforçando-se o entendimento e as relações com esses países.

3. Os países inseridos na iniciativa “uma faixa, uma rota” necessitam das tecnologias informáticas e de inovar o seu desenvolvimento. Devem ser criadas oportunidades de cooperação para as empresas que fazem estudos ao nível comercial, criando novos projectos. As empresas podem aprender com as inovações de outros países, e ainda importar novas tecnologias, o que, ao mesmo

tempo, aumenta as oportunidades para as novas empresas de Macau se habituarem ao mercado que a iniciativa “uma faixa, uma rota” lhes oferece, abrindo assim novos horizontes.

4. Disponibilizar uma rede de apoio financeiro e de longo prazo aos jovens investidores que participam na iniciativa “uma faixa, uma rota”, aumentando assim os seus conhecimentos no âmbito do financiamento e dos riscos. Todos os jovens enfrentam problemas financeiros. O Governo deve disponibilizar condições e vias para financiamento dos jovens, incentivando os investidores locais ou do exterior (VC) e as participações privadas (PE) a apoiarem os projectos relacionados com a iniciativa “uma faixa, uma rota”. Como os riscos e os lucros são proporcionais, o Governo deve dar formação aos jovens, com vista a que possam conhecer as especificidades dos meios de financiamento e os seus riscos, tudo isto no sentido de os apoiar, para que possam conhecer e gerir os riscos, diminuindo-se assim os pedidos de financiamentos às cegas.

IAOD do Deputado Fong Chi Keong em 25.07.2017

Sugestões quanto ao reforço da educação dos jovens sobre a situação da Pátria

Recentemente, o Governo tem prestado grande atenção aos trabalhos de educação dos jovens, sobretudo em relação à situação da pátria, com envolvimento de muitas associações e instituições, o que é de louvar. Para que os trabalhos sejam mais frutíferos e decorram de forma contínua, gostaria de sugerir o seguinte:

1. Diferentes níveis de educação sobre a situação da Pátria. Essa educação tem um âmbito relativamente vasto, que abrange as vertentes natural, histórica, real e comparativa do país. Em termos gerais, refere-se à situação e às características fundamentais do país nos domínios social, político, económico, geográfico, nacional e cultural; e em particular, à situação e às características fundamentais de um país numa determinada época. Como a faixa etária dos jovens é ampla, a educação sobre a situação da pátria deve ter diferentes focos, consoante a idade, a experiência e a cultura do educando. Acho que essa educação deve ser ministrada em diversos níveis, consoante a idade. Por exemplo, para quem que tenha saído da escola há muito tempo, especialmente aqueles que começaram a trabalhar antes do retorno, a educação deve focar-se nas vertentes histórica e real, por forma a suprir a deficiente educação escolar sobre a situação da Pátria durante a Administração Portuguesa. Neste caso, deve dar-se primazia à História Contemporânea e à História Moderna da China, para que se conheça o percurso da luta pela independência e liberdade da nação, bem como a nobre concretização da modernização socialista, para além do rumo que está a ser seguido pela China, com vista a reforçar a identidade e o sentido de pertença em relação à Pátria, e consolidar o conceito “um País”. Para os jovens estudantes, há que encontrar manuais escolares adequados. Assim, conjugando os conhecimentos adquiridos dos livros com a realidade do País, os estudantes interiorizam desde cedo o conceito de conhecer e amar a Pátria e de retribuir, sentindo-se orgulhosos por serem chineses.

2. Formas diferentes de educação. Para além das aulas, os alunos podem fazer visitas ao Interior da China, participar em seminários e colóquios temáticos, ver filmes ou espectáculos culturais, ler livros, etc. Através duma educação que recorra a diversas formas e conteúdos e a exemplos da vida real, o conhecimento da situação da Pátria pode ascender a um patamar racional, e não meramente emocional.

3. Conhecimento tridimensional da situação da Pátria. A educação sobre a situação da Pátria não pode transmitir apenas factos positivos, escondendo os negativos; não devemos ter medo de “revelar os problemas” e não devemos fugir às insuficiências do País; não devemos abordar apenas as vantagens, encobrendo

as desvantagens; e não devemos focar-nos apenas nos resultados, ocultando os defeitos. Há que revelar, com pragmatismo, as desvantagens do País e os fracassos originados pelas falhas. Só assim é que essa educação pode ser convincente e estimular o espírito de amor, de defesa e de retribuição à Pátria, bem como desmentir eventuais reportagens irresponsáveis das redes informáticas e dos média do exterior.

4. Educação através duma consciencialização gradual e imperceptível. A educação sobre a situação da Pátria não se faz de forma imediata, de um dia para outro. Não é com uma visita, uma viagem ou um colóquio que se vão fazer surtir efeitos. Os jovens devem ser encaminhados gradual e progressivamente para formar um conhecimento profundo sobre a situação do País, através da sua própria vivência e de um processo gradativo de assimilação. Para o efeito, no final de cada actividade, deve o respectivo organizador recolher e analisar as opiniões manifestadas. Tratando-se de actividades subsidiadas pelo Governo, deve ser exigida a entrega de um relatório pela entidade organizadora, para o Governo poder inteirar-se, em tempo útil, do pensamento dos jovens, e definir as políticas correspondentes.

IAOD do Deputado Wong Kit Cheng em 27.07.2017

Reforçar as medidas preventivas para reduzir os riscos de surtos

Os casos de gripe aumentaram significativamente nos últimos meses, registando-se mesmo algumas mortes. Segundo os dados dos Serviços de Saúde, o número de casos de gripe aumentou na última semana, quase 5 vezes em relação ao período normal, e no caso das crianças aumentou 2,5 vezes. Para além disso, registou-se um caso de infecção local de sarampo seguido de contágio a outro bebé, que fez soar o alarme da prevenção de doenças infecciosas. Embora a epidemia de Macau não seja tão grave como em Hong Kong, segundo reparei nos últimos dias, é notório e significativo o aumento do número de doentes e do tempo de espera na urgência do hospital, portanto, não se pode ignorar os riscos da ocorrência de um surto em Macau.

As autoridades já afirmaram que vão lançar já algumas medidas, por exemplo, acelerar o processo de tratamento médico, reduzir a pressão do pessoal da linha de frente, exigir ao pessoal médico da linha de frente a identificação dos doentes de alto risco e prescrever medicamentos antivirais atempadamente, bem como exigir ao pessoal médico o cumprimento rigoroso das medidas de controlo da gripe. E mais, adoptou-se já uma medida temporária para imunização dos bebés contra o sarampo, ou seja, a disponibilização duma vacinação extra para os bebés com idades entre 9 meses e 1 ano (normalmente, a primeira dose acontece aos 12 meses e a segunda aos 18 meses). No entanto, também devemos dar importância aos trabalhos de prevenção de epidemias e começar pela fonte, a fim de reduzir os riscos de infecção importada e de evitar os riscos de epidemias nos bairros comunitários. Portanto, é necessário um esforço conjunto do Governo e da população contra as epidemias. Apresento então as seguintes sugestões às autoridades:

1. Proceder à prevenção da propagação de doenças contagiosas a partir da fonte, isto é, destacar pessoal da saúde para as fronteiras e aumentar os equipamentos de monitorização da temperatura e de desinfeção das mãos. Quanto aos pacientes diagnosticados com doenças, para além do tratamento médico, deve identificar-se a fonte de infecção.

2. O Governo tem de exigir rigorosamente aos estabelecimentos, frequentados por pessoas que podem facilmente ser infectadas, que definam medidas para prevenção de doenças, por exemplo, lares e centros de actividades para idosos, jardins-de-infância, creches e outros centros de cuidados e de transporte de crianças. Deve ainda exigir ao IACM que reforce a limpeza e desinfeção das instalações comunitárias com que os idosos e as crianças têm

mais contacto, aumentando, deste modo, a higiene.

3. A taxa da vacinação contra a gripe é de apenas 12,63%, portanto, o Governo deve incentivar a população a vacinar-se anualmente, e criar mais postos para a vacinação gratuita, de modo a aumentar a respectiva taxa. Deve ainda promover, enquanto medida provisória, a vacinação extraordinária dos bebés contra a MMR, para formar assim uma barreira contra doenças na comunidade.

4. Melhorar a divulgação sobre a prevenção de doenças contagiosas, e apelar aos cidadãos para não ignorarem os malefícios dessas doenças, para prestarem atenção à higiene, e para estarem preparados para eventuais surtos de doenças contagiosas.

5. Exorto o Governo a rever a situação dos recursos humanos do hospital, se estes podem responder às necessidades, e se existem medidas para a sua mobilização consoante as situações, no sentido de atenuar a pressão do pessoal da linha de frente e de reduzir o tempo de espera dos doentes, assegurando-se, assim, a prestação de serviços médicos adequados.

IAOD do Deputado Ng Kuok Cheong em 27.07.2017

É feio os dirigentes fugirem às suas responsabilidades

Solicito que se aplique o conceito “terras de Macau para as gentes de Macau” na zona dos novos aterros

O Governo Central autorizou o Governo da RAEM a aterrar 350 hectares na zona dos novos aterros, definindo que a zona se destina a dar resposta às necessidades habitacionais dos residentes. Como na eleição do Chefe do Executivo participa apenas um pequeno grupo de pessoas em conluio, a população teme que sejam os “aristocratas” a ficar com parte dos terrenos. O Chefe do Executivo já disse várias vezes nesta Assembleia Legislativa que ainda não foi adjudicado qualquer terreno daquela zona, tudo para acalmar a população. As obras dos aterros estão prestes a acabar, no entanto, ainda não há planos que garantam que os referidos terrenos nos novos aterros se destinam às pessoas de Macau, com vista a dar resposta às suas necessidades habitacionais, pois ainda não dispomos de um mecanismo que nos assegure essa garantia.

Com vista a garantir que os referidos terrenos se destinem a resolver as necessidades habitacionais da população, sugiro novamente ao Governo a implementação de um mecanismo que separe e limite as finalidades investimento e habitação, por exemplo, que seja definido o número de transacções das fracções habitacionais, e que só os residentes permanentes de Macau que tenham uma fracção na RAEM possam adquirir uma fracção naquela zona.

Há 4 anos, o Governo solicitou a uma instituição académica um estudo sobre o conceito “terras de Macau para as gentes de Macau”, contudo, como naquela altura ainda nada havia em relação às obras dos novos aterros, a referida instituição não podia conjugar o referido conceito com os terrenos dos novos

aterros. Agora, essas obras estão quase a acabar, por isso, o Governo deve preparar já as reservas de terrenos para o desenvolvimento da zona A, bem como estipular, quanto antes, a oferta de habitações ao abrigo do referido conceito, clarificando que 350 hectares são destinados à habitação, criando desde já um mecanismo que não contrarie o direito à propriedade e garantindo um sistema que separe as fracções consoante a finalidade, investimento e habitação, com vista a dar resposta às necessidades habitacionais da população.

Se se arrastar a decisão sobre estas soluções, se houver fuga às responsabilidades, e se se esperar pelas próximas eleições para o Chefe do Executivo, vai haver conluio e troca de interesses nos casos de permuta de terrenos. Estão em cima da mesa milhares de milhões de patacas de interesses no respeitante ao desenvolvimento dos terrenos dos novos aterros. Como não há progresso na reforma política, as eleições para o Chefe do Executivo são afectadas pela troca de interesses e pelo conluio, mas o mais importante é que isso resulta em corrupção, e os dirigentes têm poderes mas não são responsabilizados. Recentemente, alguns residentes que amam a Pátria e Macau solicitaram aos deputados para lembrar o Chefe do Executivo e os principais cargos do Governo das palavras do Presidente Xi Jinping: “É feio os dirigentes fugirem às suas responsabilidades”.

Espero que os dirigentes dêem importância a essas palavras. Solicito assim que se implemente o conceito de “terras de Macau para as gentes de Macau”, garantindo-se que os terrenos nos novos aterros se destinam à habitação dos residentes de Macau.

IAOD do Deputado Au Kam San em 27.07.2017

Criar novos projectos para que haja novo concurso à habitação económica no próximo ano

O Governo acabou por dar resposta à sociedade, acolhendo as suas opiniões e comprometendo-se a abrir novo concurso à habitação social no 4.º trimestre deste ano. Contudo, olhando para a habitação pública, o problema principal é a habitação económica, e o Governo só se comprometeu com a candidatura à habitação social, sem ter dado uma resposta às solicitações de abertura de novo concurso à habitação económica. O último concurso foi concluído em Março de 2014, já se passaram 3 anos e 4 meses, portanto, os mais de 40 mil agregados familiares candidatos que não conseguiram casa naquele concurso já esperam ansiosamente por um novo concurso.

Claro que a governação tem de ser feita de acordo com a lei, e a admissão de candidaturas está sujeita à actual lei da habitação económica. Como esta lei não prevê candidaturas periódicas, o Governo pode não o fazer, e os residentes nada podem fazer quanto a isso. Mas o problema é o seguinte: qualquer governo responsável não pode ignorar a enorme diferença entre a oferta e a procura de habitações económicas, ou seja, mais de 40 mil candidaturas para apenas 1900 fracções. E tal como estipula a lei da habitação económica em vigor, a admissão de candidaturas pressupõe a existência de projectos. E como o Governo já não tem em mãos quaisquer projectos de habitação económica, não pode admitir candidaturas, mas isto não pode ser desculpa para o Governo fugir do assunto. A existência ou não de projectos para se abrirem novos concursos depende da iniciativa do Governo, pois os projectos não caem do céu.

É de notar que se o Governo se esforçar o suficiente para promover activamente os trabalhos no tempo que resta deste ano, é perfeitamente possível avançar, no próximo ano, com a construção de habitações económicas e com a admissão de candidaturas. Existem, pelo menos, as seguintes três propostas:

1. “Vão ser construídas 4600 habitações públicas em sete terrenos: na parte oeste do Cotai, no Silo Automóvel do Complexo Olímpico de Macau, na Central Térmica na Avenida de Venceslau de Moraes, nas instalações do Departamento

Policia das Ilhas na Taipa, no antigo gabinete do Conselho Consultivo para o Reordenamento dos Bairros Antigos no lao Hon e nos lotes A e F do Lam Mau”. Esta é a promessa que as autoridades assumiram há três anos. Acho que se não houver qualquer atraso intencional, a construção destas 4600 habitações públicas em sete terrenos, de que já se ouve falar há três anos, deve ser concretizada. E já foi confirmado que o terreno da Central Térmica se destina à habitação social; os terrenos do antigo gabinete do Conselho Consultivo para o Reordenamento dos Bairros Antigos no lao Hon e os lotes A e F do Lam Mau, atendendo à sua localização, também devem destinar-se à habitação social; e os terrenos que restam, na parte oeste do Cotai, no Silo Automóvel do Complexo Olímpico de Macau e nas instalações do Departamento Policial das Ilhas na Taipa, devem ser destinados à construção de habitação económica, portanto, podemos prever que é possível disponibilizar, no mínimo, 2000 habitações públicas.

2. Os terrenos situados ao lado da Avenida de Wai Long despertaram muita atenção da sociedade e têm uma área de mais de 80 mil metros quadrados. As autoridades afirmaram que vão ponderar a construção de 8 mil habitações públicas, portanto, mesmo que haja ajustamentos, acredita-se que o número de habitações a construir também não vai ser inferior a 6~7 mil. E atendendo à sua localização, os terrenos devem ser totalmente utilizados para a construção de habitação económica.

3. A zona A dos novos aterros tem sido alvo de atenção dos candidatos à habitação pública, porque o actual Chefe do Executivo, Chui Sai On, prometeu, em 2014, que iam ser construídas 28 mil fracções. Se isto não for um “cheque sem cobertura”, o Senhor Chui deve concretizar a sua promessa neste momento. A construção dessas 28 mil fracções não vai acontecer numa só fase, mas sim em várias. Segundo alguns dirigentes, a zona A dos novos aterros já está na fase de planeamento, e o Governo já começou um estudo sobre a construção de habitação pública num lote perto da estrada principal da referida zona, o que significa que as primeiras habitações públicas também estão em planeamento. Mas os dirigentes não revelaram quantas são essas fracções, pois receiam que a sua resposta seja considerada uma promessa. Julga-se que devem ser mais de 10 mil. Se 20% dessas fracções forem sociais, a promessa das 8 mil habitações económicas também pode ser concretizada neste projecto.

Se no primeiro semestre do próximo ano o Governo puder iniciar os três projectos referidos, vai ter em mãos mais de 17 mil fracções económicas para atribuir. Assim sendo, a situação geral já será diferente, pois o Governo pode ter condições suficientes para lançar um novo concurso. Faltam dois anos e meio para a conclusão deste mandato, e acredito que o Governo deve querer ter um bom final.

IAOD da Deputada Chan Hong em 27.07.2017

Acelerar a construção de infra-estruturas para resolver, adequadamente, o tratamento das águas residuais

A ETAR da Península de Macau entrou em funcionamento em 1995, tendo-se responsabilizado pelo tratamento das águas residuais da maior parte da península. Com o desenvolvimento social, a ETAR deixou de conseguir dar resposta às necessidades de Macau. Actualmente, a taxa de tratamento concentrado da ETAR é de 50%, e todos os dias, durante 6 anos consecutivos, 50% das águas residuais não se sujeitaram a tratamento secundário antes de serem evacuadas para o mar. Nestes últimos dias, devido à necessidade de substituição dos canos, a ETAR suspendeu o seu funcionamento durante 3 dias, período em que as águas residuais foram lançadas directamente ao mar. Por causa deste incidente, a população voltou a centrar a sua atenção na optimização da ETAR. Os moradores da vizinhança estão preocupados com o eventual agravamento do mau cheiro da água do mar nas proximidades, e também com a manutenção quotidiana da ETAR.

De facto, a ETAR já está sobrecarregada desde 2009, revelando problemas com os equipamentos. Devido a vários factores, tais como as limitações de espaço e os custos de construção, o Governo tem estado impossibilitado de proceder à optimização e reforma da ETAR. Ao longo dos anos, os serviços públicos têm arrastado a situação, isto é, só procedem a pequenas reparações, daí a impossibilidade de resolver os problemas. A actual forma de tratamento das águas residuais na Península de Macau já resultou na acumulação de lama na parte costeira ao longo da Areia Preta, no mau cheiro que incomoda há anos os moradores das proximidades, e na poluição das áreas marítimas ao redor. Durante o período de suspensão do funcionamento da ETAR, devido a reparação, as autoridades devem monitorizar, de perto, as condições de higiene das áreas marítimas nas proximidades, verificar se há necessidade de esterilização e prevenção de doenças, avaliar o impacto das obras para os residentes e para o ambiente marinho, e divulgar tudo à sociedade.

Com o desenvolvimento urbano, aumentou a população, portanto, o Governo deve acelerar o planeamento das infra-estruturas de tratamento de águas residuais na Península de Macau e promover estudos sobre a construção da nova ETAR na ilha artificial da Ponte Hong Kong-Zhuhai-Macau, com vista a aumentar a capacidade de tratamento de águas residuais na Península de Macau. Como ainda temos de esperar muito tempo pela conclusão da nova ETAR, o Governo deve resolver, com todo o rigor, os problemas da actual ETAR, e definir, quanto antes, soluções de contingência e melhorias, a fim de resolver as dificuldades.

IAOD do Deputado Ho Ion Sang em 27.07.2017

Os autocarros têm o papel principal nos transportes públicos de Macau, assim, a acessibilidade e a qualidade dos seus serviços traz bastantes implicações para a vida da população e para a imagem da cidade. Ao longo dos tempos, os serviços de autocarros têm acompanhado as exigências e o desenvolvimento da sociedade, mas registou-se a irrazoabilidade das carreiras, a insuficiência da sua frequência e um longo tempo de espera por autocarro, problemas que não foram resolvidos com a entrada em funcionamento do novo modelo de serviços. Por outro lado, nestes últimos anos, verificou-se o constante aumento do número de veículos motorizados, a desactualização do planeamento dos transportes, e escavações nas vias públicas, entre outros factores desfavoráveis, daí a impossibilidade de implementar, eficazmente, a política de “primazia dos transportes públicos”.

Todos sabem que uma resolução mais efectiva do problema do trânsito passa por reforçar o desenvolvimento dos transportes públicos. Devido aos permanentes atrasos das obras do Metro Ligeiro, continuamos a aguardar a sua entrada em funcionamento. Perante o aumento constante de passageiros, os serviços de autocarros quase não conseguem dar resposta à procura. Segundo os dados estatísticos, em 2016, o número de passageiros de autocarros ultrapassou os 200 milhões, ou seja, em média, mais de 550 mil passageiros por dia. No 1.º semestre deste ano, os passageiros de autocarros atingiram os 103 milhões, um aumento de 5 por cento em relação ao período homólogo, criando ainda um recorde diário de 667 mil passageiros. Por outras palavras, a capacidade dos autocarros está prestes a ficar saturada. É cada vez mais difícil para os residentes apanhar autocarro e, entretanto, a política do Governo de “primazia dos transportes públicos” não foi efectivamente implementada. Como os serviços de autocarros e o planeamento das instalações complementares não acompanham o desenvolvimento social, é difícil satisfazer, assim, as necessidades de deslocação da população.

É de salientar que, com o lançamento pelo Governo do novo modelo de serviços de autocarros em 2011, as autoridades esperavam, com a assunção da predominância do modelo de exploração de autocarros, elevar e otimizar a qualidade dos serviços, só que os resultados não foram bons, não se atingindo os efeitos previstos. Pelo contrário, durante a vigência desse “novo modelo”, não só houve a falência de uma companhia de autocarros, como confusões no contrato de concessão, etc., situações que foram alvo de crítica da sociedade. Mais, quanto ao regime de avaliação para estimular as companhias a elevarem os serviços prestados, desde o seu lançamento, todas foram aprovadas na classificação. Porém, segundo a população em geral, nas horas de pico, são poucas as frequências em algumas linhas, a pontualidade é baixa, há longo tempo de espera, com enchentes de pessoas que não conseguem entrar nos autocarros e às vezes estes até não param nas paragens, e estes problemas são mais graves nas horas de saída do trabalho e nos dias de mau tempo, portanto, critica-se que

são nulos os efeitos dos mecanismos, não podendo, então, reforçar e elevar a qualidade dos serviços, para aperfeiçoar as condições de deslocação da população.

Com o rápido desenvolvimento socioeconómico de Macau nos últimos anos, devido às limitações resultantes da escassez de solos, só com o aumento do número de autocarros é difícil aliviar as dificuldades relativas às deslocações dos residentes. As autoridades devem reforçar o planeamento global e ponderar as necessidades reais da sociedade, para criar, acompanhando a evolução dos tempos, boas condições para os serviços de autocarros, a fim de resolver, passo a passo, o problema da “dificuldade em apanhar autocarro”. Para tal, solicito ao Governo da RAEM o seguinte: primeiro, como as horas de ponta são muitas vezes, de manhã, entre as 7h e as 10h, e à tarde, das 17h às 20h, há que, atendendo às condições convenientes da vida nos bairros, aditar autocarros expressos “ponto a ponto”, reduzindo as frequentes entradas nas paragens; distribuir os passageiros e otimizar a estrutura da rede dos itinerários de autocarros para aumentar a eficiência da respectiva operação; restringir, apropriadamente e nas horas de ponta, a entrada de autocarros de turismo e *shuttle buses* nas zonas com muito trânsito, assegurando a prioridade do direito rodoviário para os autocarros; e reforçar a monitorização, em tempo real, das carreiras dos autocarros, aumentando, consoante a situação, a respectiva rotatividade para distribuir os passageiros. Segundo, como os contratos de serviços de autocarros vão expirar em breve, a Administração deve concluir, quanto antes, os estudos e discussões sobre a futura modalidade do funcionamento dos serviços de autocarros, aperfeiçoando o regime respectivo. Mais, deve também ponderar, globalmente, as mudanças do desenvolvimento urbano de Macau e o futuro funcionamento do Metro Ligeiro, para uma melhor articulação com o desenvolvimento dos transportes públicos, com vista a dar resposta às necessidades de deslocação dos residentes.

IAOD da Deputada Leong On Kei em 27.07.2017

Recentemente, o Secretário para os Assuntos Sociais e Cultura, Alexis Tam, quando dava uma aula a jovens estudantes de Macau, incentivou-os a aumentar a sua competitividade e vontade de servir a Pátria e Macau. Os jovens são os futuros líderes da nossa sociedade e, especialmente nestes últimos anos, registou-se um acelerado desenvolvimento da cooperação regional, e Macau foi posicionado como “Um centro, uma plataforma” e aderiu à construção de “uma faixa, uma rota” e da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau, proporcionando bastantes oportunidades e desafios aos jovens, mas neste momento alguns não têm competitividade, portanto, o Governo deve proporcionar-lhes boas condições e oportunidades de desenvolvimento, e despertar-lhes a consciência da competitividade, para agarrarem as oportunidades de desenvolvimento do país e aumentarem as próprias capacidades de desenvolvimento e competitividade para encarar os desafios.

Nos últimos anos, registou-se um rápido desenvolvimento socioeconómico e um aumento dos benefícios sociais, e alguns jovens estão demasiados dependentes dos recursos e da protecção do Governo, enfrentando falta de criatividade. Embora sintam os impactos resultantes da competitividade externa da sociedade, sentem falta de confiança, uma vez que estão preocupados com a sua competitividade, o que é desfavorável para o desenvolvimento sustentável socioeconómico, portanto, promover os jovens a aumentar a competitividade, a reforçar a autoconfiança, a ter a coragem de sair debaixo do guarda-chuva de protecção e a preparar-se para desafiar e admitir a competitividade, são tarefas importantes do Governo.

Um dos elementos principais para elevar a “competitividade” é a “resistência à adversidade”. Os resultados de um inquérito divulgados em finais de 2015 por uma instituição concluem que são fracos os conhecimentos dos alunos do secundário sobre “a resistência à adversidade”, entre os quais, mais de metade só conhece “pouco”, e 35 por cento nunca ouviram falar dela. Além disso, mais de metade já passou por situações adversas, resultantes dos estudos e do planeamento do futuro (a sensação de perplexidade na escolha da futura carreira profissional). As autoridades devem lançar medidas suplementares eficazes e concluir o aperfeiçoamento da estratégia de desenvolvimento dos jovens, de forma a elevar as suas qualidades gerais e os seus conhecimentos sobre competitividade, dando-lhes assim ajuda para aumentar a “resistência à adversidade” e inculcando-lhes maior confiança para se preparem para competir, interna e externamente.

O pressuposto mais relevante para elevar a competitividade é dispor de um plano individual para o futuro, só que os resultados de um outro inquérito sobre conhecimentos dos jovens em termos de planeamento de vida apontam que mais de metade dos alunos do secundário inquiridos estavam a enfrentar as mais diversas dificuldades, sem saber que caminho escolher após a conclusão do curso, e só 25 por cento sabiam que há instituições fora da escola com serviços de orientação profissional e de planeamento de vida, o que bem mostra que são ainda precárias as acções, promovidas pelas autoridades, de assistência e divulgação de conhecimentos, para os jovens conhecerem o seu próprio planeamento de vida. Nos países desenvolvidos, é generalizada a educação sobre o planeamento de vida, cujo ensino é dado desde criança. Em Macau, as acções de ajuda aos jovens, para elaborarem o seu planeamento, e de assistência são manifestamente insuficientes, assim, há que dispensar determinada assistência aos estudantes para poderem ser independentes no planeamento do seu futuro e para, quanto antes, conhecerem as suas virtudes e defeitos, desbravando por si, tendo em conta as próprias condições, o seu futuro caminho. Só assim é que podem enfrentar os desafios colocados no exterior e os embates internos, dando o seu contributo para a promoção da diversificação da economia local.